



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:

(DO SR. ALBERTO FRAGA)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Altera a Lei nº 7.479 de 2 de junho de 1986 (Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal), modificando o tempo de serviço prestado pelos Bombeiros Femininos.

PL. - 2.749/00

NOVO DESPACHO: (23/05/2000)

DESPACHO: - APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 2.748, DE 2000

18/04/2000

EXTERIORES

JBICO, DE RELAÇÕES  
(RT 54) ART. 24, II

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 4/5/2000

## REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

## PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

## DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /

PROJETO DE LEI Nº 2.749 DE 2000



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.749, DE 2000  
(DO SR. ALBERTO FRAGA)



Altera a Lei nº 7.479 de 2 de junho de 1986 (Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal), modificando o tempo de serviço prestado pelos Bombeiros Femininos.

*vide CAPA*

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

### O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Os artigos 51 § 1º letras "a", "b" e "c" e 92 da Lei 7.479 de 02 de junho de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art 51.....

§ 1º.....

a) O oficial que contar no mínimo 30 (trinta) anos de efetivo serviço, se homem e 25 (vinte e cinco) anos se mulher, quando transferido para a inatividade, terá seus proventos calculados sobre o soldo correspondente ao posto imediatamente superior ao seu, mesmo que de outro quadro; se ocupante do último posto do Corpo de Bombeiros, o oficial terá os proventos calculados por base o soldo de seu posto acrescido de percentual fixado em legislação específica ou peculiar;



b) Os subtenentes, quando transferidos para a inatividade, terão os proventos calculados sobre o soldo correspondente ao posto de segundo tenente BM, desde que contem no mínimo de 30 (trinta ) anos se serviço, se homem e 25 (vinte e cinco) anos se mulher;

c) as demais praças que contem com no mínimo 30 (trinta) anos de serviço, se homem e 25 (vinte e cinco) anos se mulher, ao serem transferidas para a inatividade, terão os proventos calculados sobre o soldo correspondente à graduação imediatamente superior."

"Art. 92 A transferência para a reserva remunerada, a pedido, será concedida mediante requerimento, ao bombeiro militar que a requerer, desde que conte no mínimo com 30 (trinta) anos de serviço, se homem e 25 (vinte e cinco) anos se mulher"

Art 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua apresentação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 2000.

  
**Deputado ALBERTO FRAGA**



## JUSTIFICAÇÃO

O trabalho executado pelos Bombeiros Militares caracteriza-se pela imensa variedade da natureza das situações que defrontam-se diariamente, bem como pelo alto desgaste físico e psicológico a que são submetidos os integrantes dos Corpos de Bombeiros, fatores que a fazem uma atividade altamente estressante

Submetidos a tais condições de trabalho e a um regime jurídico inflexível e impessoal, decorrência do interesse público, os bombeiros são submetidos a estafantes jornadas de trabalho, defrontando-se seguidamente com situações extremas: vítimas agonizantes, desespero das catástrofes, inconformismo das vítimas de um destino inexplicável.

Defensores da vida. Não têm os mesmos privilégios dos demais trabalhadores, tampouco podem reivindicar direitos constitucionais garantidos a "qualquer do povo".

Não é de se esperar que esses profissionais possam resistir por anos a fio a uma carga anormal de trabalho, que muitas vezes passa de 80 (oitenta) horas semanais, ultrapassando em alguns casos, o limite do suportável,

Se é uma carga excessiva para qualquer Bombeiro Masculino, excede principalmente à constituição física feminina. Inobstante o dever para com a sociedade e com a vida humana, permanece nesses profissionais, a condição de serem mulheres. Apesar da grande vontade que acompanha todos os Bombeiros femininos, é inegável que não podem submeter-se às mesmas agruras que os homens.

Tal proposta não deve ser encarada como um privilégio, mas como um reconhecimento pela coragem e determinação daquelas mulheres que defendem a vida e a sociedade por 25 (vinte e cinco) anos seguidos, tornando-se merecedoras dessa distinção.

Absolutamente convencido de que a presente iniciativa representa aperfeiçoamento ao ordenamento jurídico federal, contribuindo para mais uma medida de justiça, conto com o imprescindível apoio dos colegas parlamentares em favor de sua aprovação.

PLENÁRIO - RECEBIDO  
Em 04/04/00 às 16:40  
Nome Pedro  
Ponto 3290



## **LEI Nº 7.479, DE 2 DE JUNHO DE 1986.**

APROVA O ESTATUTO DOS BOMBEIROS MILITARES DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

### **TÍTULO III DOS DIREITOS E DAS PRERROGATIVAS DOS BOMBEIROS MILITARES**

#### **CAPÍTULO I DOS DIREITOS**

##### **Seção I Da Remuneração**

Art. 51. São direitos dos bombeiros militares:

I - a garantia da patente quando Oficial em toda a sua plenitude, com as vantagens, prerrogativas e deveres a ela inerentes;

II - a percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dela quando, ao serem transferidos para a inatividade, contarem mais de 30 (trinta) anos de serviço;

III - a remuneração calculada com base no soldo integral do posto ou graduação, quando, não contando 30 (trinta) anos de serviço forem transferidos para a reserva remunerada "ex officio", por terem atingido a idade-limite de permanecer em atividade no posto ou na graduação;

IV - nas condições ou limitações impostas na legislação e regulamentação específica ou peculiar:

a) a estabilidade, quando praças com 10 (dez) anos ou mais de tempo de efetivo serviço;

b) o uso das designações hierárquicas;

c) a ocupação de cargo correspondente ao posto ou à graduação;

d) a percepção de remuneração;



e) a assistência médico-hospitalar para si e seus dependentes, assim entendida como o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, abrangendo serviços profissionais médicos, farmacêuticos e odontológicos, bem assim o fornecimento, a aplicação de meios e os cuidados e demais atos médicos e paramédicos necessários;

f) o funeral para si e seus dependentes, constituindo-se no conjunto de medidas tomadas pelo Distrito Federal, quando solicitado, desde o óbito até o sepultamento condigno;

g) a alimentação, assim entendidas como as refeições fornecidas aos bombeiros militares em atividade;

h) o fardamento, constituindo-se no conjunto de uniformes, roupa branca e roupa de cama, fornecido ao bombeiro militar na ativa de graduação inferior a Terceiro-Sargento, bem assim aos alunos do Curso de Formação de Oficiais e, em casos especiais, a outros bombeiros militares;

i) a moradia para o bombeiro militar em atividade, compreendendo:

1 - alojamento em Organização do Corpo de Bombeiros; e

2 - habitação para si e seus dependentes, em imóvel sob a responsabilidade da Corporação, de acordo com as disponibilidades existentes.

j) o transporte, assim entendidos como os meios fornecidos ao bombeiro militar, para seus deslocamentos por interesse do serviço.

Quando o deslocamento implicar em mudança de sede ou de moradia, compreende também as passagens para seus dependentes e a translação das respectivas bagagens, de residência a residência;

l) a constituição de pensão de bombeiro militar;

m) a promoção;

n) as férias, os afastamentos temporários do serviço e as licenças;

o) a transferência a pedido para a inatividade;

p) a demissão e o licenciamento voluntários;

q) o porte de arma, quando Oficial em serviço ativo ou na inatividade, salvo aqueles em inatividade por alienação mental, ou condenação por crime contra a segurança do Estado ou por atividade que desaconselhe aquele porte;

r) o porte de arma, pelas praças, com as restrições reguladas pelo Comandante-Geral; e

s) outros direitos previstos em legislação específica ou peculiar.

§ 1º A percepção de remuneração ou melhoria dela, de que trata o item II, obedecerá ao seguinte:





a) o Oficial que contar mais de 30 (trinta) anos de serviço, quando transferido para a inatividade, terá seus proventos calculados sobre o soldo correspondente ao posto imediato, se no Corpo de Bombeiros existir posto superior ao seu, mesmo que de outro Quadro; se ocupante do último posto do Corpo de Bombeiros, o Oficial terá os proventos calculados tomando-se por base o soldo de seu posto acrescido de percentual fixado em legislação específica ou peculiar;

b) os Subtenentes, quando transferidos para a inatividade, terão os proventos calculados sobre o soldo correspondente ao posto de Segundo-Tenente BM, desde que contem mais de 30 (trinta) anos de serviço; e

c) as demais praças que contem mais de 30 (trinta) anos de serviço, ao serem transferidas para a inatividade, terão os proventos calculados sobre o soldo correspondente à graduação imediatamente superior.

§ 2º São considerados dependentes do bombeiro militar:

a) a esposa;

b) o filho menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou interdito;

c) a filha solteira, desde que não perceba remuneração;

d) o filho estudante, menor de 24 (vinte e quatro) anos;

e) a mãe viúva, desde que não perceba remuneração;

f) o enteado, o filho adotivo e o tutelado, nas mesmas condições das letras "b", "c" e "d";

g) a viúva do bombeiro militar, enquanto permanecer nesta situação, e os demais dependentes mencionados nas letras "b", "c", "d", "e" e "f" desde que vivam sob a responsabilidade da viúva; e

h) a ex-esposa com direito à pensão alimentícia estabelecida por sentença transitada em julgado, enquanto não contrair novo matrimônio.

§ 3º São, ainda, considerados dependentes do bombeiro militar, desde que vivam sob a sua dependência econômica, sob o mesmo teto e quando expressamente declarados na Organização do Corpo de Bombeiros competente:

a) a filha, a enteada e a tutelada, nas condições de viúvas, separadas judicialmente ou divorciadas, desde que não recebam remuneração;

b) a mãe solteira, a madrasta viúva, a sogra viúva ou solteira, bem assim separadas judicialmente ou divorciadas, desde que, em qualquer dessas situações, não recebam remuneração;

c) os avós e os pais, quando inválidos ou interditos, e respectivos cônjuges, estes, desde que não recebam remuneração;

d) o pai maior de 60 (sessenta) anos e seu cônjuge, desde que não recebam remuneração; e





e) o irmão, o cunhado e o sobrinho, quando menores ou interditos, sem outro arrimo;

f) a irmã, a cunhada e a sobrinha, solteiras, viúvas, separadas judicialmente ou divorciadas, desde que não recebam remuneração;

g) o neto, órfão, menor, inválido ou interdito;

h) a pessoa que viva, no mínimo há 5 (cinco) anos, sob sua exclusiva dependência econômica, comprovada mediante justificação judicial;

i) a companheira, desde que viva em sua companhia, há mais de 5 (cinco) anos, comprovado por justificação judicial; e

j) o menor que esteja sob sua guarda, sustento e responsabilidade, mediante autorização judicial.

§ 4º Para efeito do disposto nos parágrafos 2º e 3º deste artigo, não serão considerados como remuneração os rendimentos não provenientes de trabalho assalariado, ainda que recebidos dos cofres públicos, ou a remuneração que, mesmo resultante de relação de trabalho, não enseje ao dependente do bombeiro militar qualquer direito à assistência previdenciária oficial.

## TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS

### CAPÍTULO II DA EXCLUSÃO DO SERVIÇO ATIVO

#### Seção II Da Transferência para a Reserva Remunerada

Art. 92. A transferência para a reserva remunerada, a pedido, será concedida, mediante requerimento, ao bombeiro militar que contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

§ 1º É facultado ao Coronel BM, exonerado ou demitido do cargo de Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, requerer transferência para a reserva remunerada, quando não contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CeDI

§ 2º No caso de o bombeiro militar haver concluído qualquer curso ou estágio de duração superior a 6 (seis) meses, por conta do Distrito Federal, no estrangeiro, sem haver decorrido 3 (três) anos de seu término, a transferência para a reserva remunerada só será concedida mediante autorização de todas as despesas correspondentes à realização do referido curso ou estágio, inclusive as diferenças de vencimento. O cálculo da indenização será efetuado pelo órgão competente da Corporação.

§ 3º Não será concedida transferência para a reserva remunerada, a pedido, ao bombeiro militar que estiver:

- a) respondendo a inquérito ou processo em qualquer jurisdição; e
  - b) cumprindo pena de qualquer natureza.
- .....
- .....





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

### PROJETO DE LEI Nº 2.749/2000

Nos termos do art. 119, **caput**, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 22/05/2000, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, em 29 de maio de 2000.

  
Anamélia Ribeiro Correia de Araújo  
Secretária

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**ERRATA**

(Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente)

ONDE SE LÊ:

PROJETO DE LEI Nº 2.749, DE 2000  
(DO SR. ALBERTO FRAGA)

Altera a Lei nº 7.479 de 2 de junho de 1986 (Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal), modificando o tempo de serviço prestado pelos Bombeiros Femininos.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL, E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24,II)

LEIA-SE:

PROJETO DE LEI Nº 2.749, DE 2000  
(DO SR. ALBERTO FRAGA)

Altera a Lei nº 7.479 de 2 de junho de 1986 (Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal), modificando o tempo de serviço prestado pelos Bombeiros Femininos.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 2.748, DE 2000)





CÂMARA DOS D

Arquivado em 27/08/2017. Dado a conhecimento do  
Poder Judiciário, em 07/08/2017, o Gráfico  
Inicial apostou no PL 2745/00 para determinar a sua  
anulação em PL 2748. Publique-se.

22 05

PRESIDENTE

**PROJETO DE LEI Nº 3013 DE 2.000**  
**DO Sr Alberto Fraga**

Altera a Lei 7.289 de 18 de Dezembro de 1984, modificada pela Lei 7.475 de 13 de maio de 1986(Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal), e a Lei 7479 de 02 de junho de 1986 (Estatuto do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal) modificando o tempo de serviço prestado pelos militares femininos do Distrito Federal.

**O Congresso Nacional decreta:**

91<sup>A</sup> Art. 1º A Lei 7.475 de 13 de maio de 1986 passa a vigorar acrescido do Art.

“Art. 91 A. A transferência a pedido, para a reserva remunerada será concedida ao militar que a requerer, desde que conte no mínimo com 30(trinta) anos de serviço, se homem e 25 (vinte e cinco) anos se mulher”

Art. 2º O artigo 92 da Lei 7.479 de 02 de 1986 passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 92 A transferência a pedido para a reserva remunerada será concedida ao militar que a requerer, desde que conte no mínimo com 30 (trinta)anos de serviço, se homem e 25 (vinte e cinco) anos se mulher.(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## Coordenação de Comissões Permanentes

PROJETO DE LEI Nº 2.749, de 2000

(DO SR. ALBERTO FRAGA)

Altera a Lei nº 7.479 de 2 de junho de 1986 (Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal), modificando o tempo de serviço prestado pelos Bombeiros Femininos.

DESPACHO: 23/05/2000 - APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 2.748, DE 2000

ORDINÁRIA

- 19/04/2000 - DCD
- 08/05/2000 - À publicação
- 08/05/2000 - À CTASP
- 08/05/2000 - Entrada na Comissão
- 19/05/2000 - Distribuído ao Dep. PEDRO HENRY
- 22/05/2000 - Aberto prazo para apresentação de emendas ao projeto.
- 23/05/2000 - Determinada a apensação deste ao PL 2.748/00 (novo despacho).
- 29/05/2000 - Findo o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.
- 07/04/2000 - À publicação de Errata - DCD (24/05/00).
- 07/04/2000 - À CTASP o Memorando nº 158/00-CCP solicitando a apensação deste ao PL nº 2.748/00.
- 04/07/2000 - Devolvido, sem manifestação escrita, em razão de novo despacho do Presidente, determinando a apensação ao PL 2.748/00.
- 05/07/2000 - Apensado ao PL 2.748/00.